



Tráfico de Mulheres Tailandesas para Secunda, Afirma uma Vítima

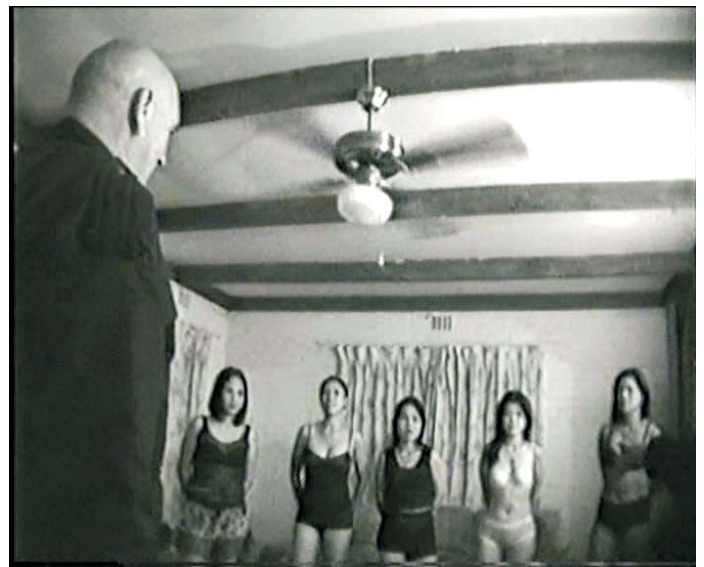
A OIM indica que mulheres Tailandesas continuam a ser vítimas de tráfico para cidades sul Africanas, incluindo Secunda e Joanesburgo, sendo o objectivo final a exploração sexual

Uma das nossas entrevistadas, que trabalha num bordel em Hillbrow, Joanesburgo, declarou que a compra de mulheres ronda ao custo de 10.000 rands a 16.000 rands (1USD=6.70 rands) e que a seguir elas têm de trabalhar para quem as compra até reembolsar uma dívida de 60.000 rands cada. Nessas situações os passaportes dessas mulheres são confiscados para que estas não abandonem o trabalho, comentou Teresa, uma prostituta Tailandesa que trabalha na África do Sul a mais de 10 anos.

Estudos da OIM durante os últimos dois anos indicam que a Tailândia tem sido uma fonte principal de mulheres traficadas para a África do Sul com fins de exploração sexual.

O problema foi inicialmente apontado pela OIM em 2003 (veja o relatório *Sedução, Venda e Escravidão: Tráfico de Mulheres e Crianças para Exploração Sexual na África Austral*, disponível em www.iom.org.za). Segundo estimativas, o tráfico de mulheres Tailandesas para a África do Sul envolve cerca de 800-1100 mulheres por ano, e com lucros para os grupos organizados de tráfico a rondar os R60.000.000 por ano. Muitas das mulheres vítimas entram na África do Sul pelo Aeroporto de Joanesburgo, tendo transitado por Hong Kong ou Kuala Lumpur, pois não existem actualmente voos directos entre a Tailândia e a África do Sul. Os portadores de passaportes tailandeses beneficiam de isenção visto para África do Sul e têm direito de permanecerem durante 30 dias em gozo de férias no território Sul-africano à sua chegada.

No últimos 2 anos, o Programa de Assistência Contra o Tráfico na África Austral (SACTAP) da OIM prestou assistência à 53 vítimas de tráfico humano Tailandesas, o que constituiu uma fracção ínfima dos casos suspeitos e constitui um recorde em termos de número de vítimas beneficiando de assistência do SACTAP num único país, embora a OIM não acredite que o número de



mulheres Tailandesas traficadas para a África do sul ultrapasse o das mulheres doutros países.

Teresa, que trabalha regularmente num bordel em Joanesburgo, aceitou prestar depoimento à OIM em Outubro de 2005, sobre as condições das prostitutas Tailandesas que trabalham na África do Sul.

Ela confirmou existirem prostitutas Tailandesas em Secunda (uma cidade situada a 150 km a leste de Joanesburgo) que estão confinadas e obrigadas a trabalhar para os seus patrões. Ela adiantou ainda que o trabalho ou negócio da prostituição é altamente lucrativo em Secunda, e que com frequência viaja para Secunda para trabalhar em casa de uma amiga, com outras prostitutas Tailandesas. "As outras raparigas trabalham para a minha amiga, mas eu trabalho para mim mesmo e os meus filhos, pois já estou na África do Sul a bastante tempo, e já completei o pagamento da minha dívida para com o meu dono", desabafou Teresa à OIM.

De acordo com Teresa, alguns bordeis em Hillbrow empregam mulheres Tailandesas, enquanto que outras trabalham através dos proxenetas em regime de comissões.

No bordel onde Teresa trabalha regularmente, Wai, "a mamã-san" (uma proxeneta Tailandesa), compra raparigas a um agente (desconhecido da Teresa) a um preço de R10.000-16.000. De seguida os passaportes são confiscados para que estas estejam privadas de liberdade e são obrigadas a trabalhar até que lhe paguem R 60 000. As raparigas ganham R100 por cliente. Em termos de despesas, às raparigas são cobrados R 150 por dia para acomodação, e têm de pagar ainda a sua alimentação e transporte. Nestas condições, elas não poupam nenhum dinheiro para si

▼ *Continuado na página 2*

Índice

O que mantém as vítimas num "ambiente traumático"? p 3

Moçambique: Avançando com o Anti-tráfico. p 4

Obter factos antes de prosseguir: Anúncios em estações de rádio para combater o tráfico. p 4

Perspectivas Quando é que as prostitutas podem ser consideradas vítimas de tráfico? p 5

Além da Região GANA: Novas pesquisas sobre o tráfico de crianças p 6

"Venda de Bebés" no site Ebay da China p 6

Turismo Sexual Infantil Predominante no Quênia. p 6

SACTAP divulga a Campanha Informativa Final de 2005 p 7

Novo Começo no "New Life Centre" p 7

Lidando com o Tráfico: O Caso do Malawi. p 8

Aceda GRATUITAMENTE à versão electrónica. Basta enviar um e-mail para eye@iom.int

Nota do Editor: “Um Olhar no Passado e no Futuro”

Caro Leitor,

Seja bem-vindo à última edição do “Um olhar sobre o tráfico humano” (EYE on Human Trafficking) de 2005.

Durante o ano corrente, registámos progressos notáveis na nossa campanha contra o tráfico humano na região Austral de África, no âmbito do Programa de Assistência Regional Contra o Tráfico Humano (SACTAP). O engajamento da sociedade civil, a demonstração de vontade política por parte dos governos através da aplicação da lei contra o tráfico humano, e o envolvimento do público e dos órgãos de comunicação social são manifestações deste progresso.

Desde o lançamento do relatório da OIM intitulado “Sedução, Venda e Escravidão: Tráfico de Mulheres e Crianças para Exploração Sexual na África Austral” em Maio de 2003, a SACTAP providenciou várias formações e capacitações a mais de 1200 funcionários da imigração e da polícia, bem como trabalhadores das ONG's desde 2004, e garantiu protecção e assistência a quase 100 vítimas de tráfico internacional. A OIM expandiu também a sua rede de parceiros a nível da SADC, estabeleceu um escritório de representação em Durban, reforçou as suas missões na Zâmbia, Zimbabué e Maputo através de pontos focais. Temos negociações agora em curso com o

governo do Malawi para abertura de um escritório em Lilongwé. Finalmente, estamos actualmente engajados na capacitação dos governos locais e das organizações da sociedade civil que, devido a sua proximidade e acessibilidade das pessoas que assistimos, estão numa posição privilegiada de fazer a diferença.

O desafio que se avizinha é a consolidação do movimento contra esta forma recente de escravatura em todos ângulos, para que todas as resoluções e compromissos sejam traduzidos em acções efectivas aos níveis local, regional e inter-regional.

Meus sinceros agradecimentos a toda a do SACTAP da OIM, aos governos da África do Sul (DFA), da Noruega e dos Estados Unidos da América (Departamento de Estado/PRM) pelo seu apoio financeiro, ao Departamento de Luta contra o Crime e Droga das Nações Unidas pela colaboração, pesquisa e treinamento, aos nossos parceiros não governamentais, e finalmente a todos aqueles que lêem esta publicação por estarem a ajudar a manter este assunto vivo.

Por favor, escrevam-me enviando as vossas reacções para: eye@iom.int ■

Hans-Petter Boe
Representante Regional da OIM pela África Austral

Tráfico Humano da Tailândia alimenta a Indústria de Sexo Sul-africana

continuado da página 1

próprias. Teresa disse ainda que Wai escapa aos raides da polícia, pois possui informantes dentro da polícia que a mantêm sempre preparada para escapar destes. No passado Teresa presenciou um episódio em que Wai foi presa por encontrar-se na posse de passaportes de algumas mulheres que se tinham evadido, foi levada a polícia mas foi liberta após ter conseguido subornar um agente por R 1000. As raparigas prostitutas têm medo dela, mas algumas vezes algumas delas conseguem escapar. De acordo com Teresa, raparigas jovens chegam regularmente, e WAI envia as velhas para outros bordéis, dado que os clientes preferem novas prostitutas.

A gestão do bordel onde Teresa trabalha fixou um cartaz na entrada que proíbe a prostituição mas esta ocorre dentro do edifício a qualquer altura do dia. Wai normalmente libera as suas prostitutas após estas terem pago o montante por esta solicitado, mas outras prostitutas em outros locais não são tão sortudas e permanecem por tempo indeterminado. Teresa adiantou que os donos do Bordel em Kempton Park são mais severos. As mulheres que lá trabalham têm que consumir drogas, para que trabalhem para eles, e no caso de recusarem a trabalhar ou estarem doentes têm que pagar uma multa. Mais ainda apesar das mulheres usarem drogas, a cobrança da multa faz com que o valor da dívida se agigante pondo essas mulheres em cativeiro por mais tempo.

Tráfico Humano da Tailândia alimenta a Indústria de Sexo Sul-africana (Continuação

da página 1)

Um outro depoimento colhido vem de uma mulher Tailandesa, Jin, de 24 anos de idade, que vem de uma família pobre na província nortenha de Khon Khan na Tailândia. Esta foi interpelada por um primo que lhe disse ter conhecido um homem chamado Sami, que poderia lhes arranjar um emprego altamente remunerado na África do Sul. Durante a conversa Sami prometeu que poderia empregar Jin num bar em Joanesburgo, disse-lhe ainda que pagaria todas as despesas. Em troca Jin deveria pagar lhe R 50.000 após a sua chegada a África do Sul, e que este montante levaria apenas três semanas a ser liquidado pela natureza do trabalho e que após liquidar a dívida poderia trabalhar por conta própria. Jin deixou a Tailândia no dia 10 de Outubro de 2005, acompanhada pelo seu primo e o recrutador. No aeroporto de Bangkok, Sami, nunca quis que se soubesse que estava a viajar com eles e os seguia à distância, mesmo durante o voo não se encontrava sentado ao lado destes. Após a chegada em Joanesburgo, foram recebidos por uma mulher Tailandesa de nome Mo. Mo levou-os a sua casa onde estiveram acomodados por três dias. No quarto dia, Mo e Sami levaram Jin a visitar três bares na tentativa de vendê-la aos donos. Nenhum dos donos mostrou-se interessado no negócio, mas no entanto surge um senhor Taiwanês, Jimmy*, que se mostrou interessado e fechou o negócio num montante que não foi revelado. Jin descreveu o Senhor Jimmy como sendo calmo mas muito duro, por quem Jin sempre temeu.

Jimmy imediatamente apoderou-se dos passaportes, dizendo que iria renovar os vistos, e nunca mais voltou a ver os passaportes. No dia 20 de Outubro de 2005, Jimmy levou Jin e o seu primo para Secunda, concretamente para um campo habitado por homens da Ásia Oriental.

Jimmy levou-os a um quarto do acampamento e ameaçou-os dizendo que no caso de fuga seriam entregues à polícia, pois encontravam-se ilegalmente na África do Sul. A partir daquele dia, foram obrigados a prostituírem-se no campo por R200 a R300 por cliente, dependendo do tempo que passassem com o cliente. Não lhes era permitido qualquer movimento fora do acampamento a não ser nos casos em que tinham que visitar clientes. Os seus movimentos eram discretamente controlados por uma outra mulher Tailandesa. Jimmy guardava todo dinheiro que era feito e ameaçava vendê-los a um outro dono de um outro bordel mais exigente caso não cooperassem. Com base nas suas contas Jimmy esperava que fizessem pelo menos R10 000 para ele por mês. Jin comentou que existiam mais três mulheres Tailandesas que trabalhavam em condições similares. Muitas das mulheres Tailandesas traficadas contaram histórias similares, algumas delas foram violadas e fisicamente abusadas; outras feitas a trabalhar 24 horas ao dia, sete dias por semana, enquanto os traficantes ganham somas avultadas do dinheiro proveniente da exploração. ■

*Note-se que os nomes das personagens foram alterados.

O que mantém as vítimas num “ambiente traumático”?

Para explorar suas vítimas, os traficantes criam um ambiente ou situação que conduz à materialização de seus objectivos e do qual as vítimas dificilmente podem fugir. Eis a razão de ser denominado “ambiente traumático”

O Grupo Temático Bengalês sobre o Tráfico (Setembro, 2004) define o ambiente traumático como uma situação em que as pessoas (vítimas) perdem o controlo dos seguintes elementos por um determinado período de tempo: o tipo de trabalho praticado, o ambiente e condições de trabalho e liberdade de movimento. No caso de tráfico de seres humanos, este ambiente facilita a exploração da vítima (trabalho forçado, servidão e práticas de escravatura substituída, escravidão doméstica, trabalho pesado, etc.).

Existe uma diferença entre o “ambiente traumático” no qual as vítimas de tráfico humano se encontram e o “ambiente traumático” no qual vítimas de outras formas de exploração (como trabalho exploratório em geral, e exploração dentro da família) se encontram. Um dos factores que reflecte esta diferenciação é a perda de controlo por parte da vítima.

Perda de controlo implica que no “ambiente traumático” de tráfico, a pessoa é compelida a não abandonar o local. As causas desta coerção podem variar de servidão por dívida, detenção física, violência, ameaças de violência, dependência, até intimidação, etc.

Perda de controlo refere-se à incapacidade física da vítima de abandonar o local de exploração, ao invés de limitações (como pobreza ou obrigações familiares) que podem contribuir para a vítima permanecer no local de exploração. No caso de tráfico de pessoas, a vítima não pode, geralmente, decidir abandonar o local sem temer represálias.

Existem três factores gerais que sustentam o “ ambiente traumático” de tráfico, ou que impedem a vítima de escapar do “ambiente traumático”. Dentre eles figuram factores pessoais, factores familiares/sociais e políticas governamentais em ambos países de partida e de chegada.

Factores pessoais

Um dos principais “factores pessoais” que mantém a vítima num “ambiente traumático” de tráfico é a aparente falta de opções. Neste caso, a pessoa suspeita que não existem alternativas disponíveis, o que de facto, pode normalmente ser o caso. É também possível que exista uma sensação de que a situação é controlada por outros (ex. determinado pela família, guardião, empregador, destino, Deus, etc.). Ameaças de represálias em caso de tentativas de fuga também funcionam como um factor pessoal persuasivo. O receio de consequências emocionais ou físicas, real ou ilusório, contribui para manter a pessoa cativa. Finalmente, o isolamento geográfico e as diferenças sociolinguísticas permitem aos exploradores manter a pessoa dentro do “ambiente traumático”.

Exemplo: Ismail foi traficado para o Kuwait para trabalhar como homem de limpeza num hotel. Após sua chegada, ele é levado para um lugar onde é forçado a trabalhar 14 horas por dia, sete dias por semana. Ele não é pago. Quando reclama, é-lhe dito que se não fizer como lhe é dito será espancado e depois deportado sem nenhuma compensação. Porque ele não fala a língua e está isolado das pessoas do seu país, ele é incapaz de fazer algo em seu próprio auxílio.

Factores Familiares/Sociais

O envolvimento familiar pode constituir um papel importante na manutenção de um indivíduo num “ambiente traumático”. Por exemplo, quando membros da família são obrigados a contribuir dinheiro para a família como um todo, sem se questionar como esse dinheiro é ganho, pode ser um factor preponderante que contribui para que a pessoa traficada se mantenha num “ambiente traumático”. Práticas como servidão por dívida são convencionais em várias partes do mundo. Na África do Sul por exemplo, a prática cultural de chukri obriga o indivíduo a trabalhar por um determinado

período de tempo para reembolsar um empréstimo feito à família. Esses mecanismos fornecem às senhoras e aos proprietários de empresas desculpas convincentes para manter alguém em certo local, alegando por exemplo, que a vítima não é escrava, que ele (a) está meramente a trabalhar para pagar o dinheiro que deve.

Exemplo: Parveen é traficada para um bordel depois de ser-lhe prometido emprego numa fábrica de vestuário. Uma vez que o traficante providenciou um avanço substancial (empréstimo) para a sua família, se ela tentasse fugir a sua família é que seria responsável pelo pagamento da dívida. Assim, ela é forçada a ficar para evitar problemas para sua família.

Ausência de Políticas Estatais para Proteger as Vítimas

A falta de aplicação efectiva da lei para combater situações de exploração permite frequentemente que o “ambiente traumático” floresça. Adicionalmente, políticas migratórias rígidas normalmente forçam um indivíduo a recorrer a métodos ilegais ou vulneráveis que facilitam a entrada no “ambiente traumático” de tráfico. A implementação ineficaz de políticas de emprego padronizadas ou ausência dessas políticas no sector formal ou informal faz com que as explorações de trabalho não sejam controladas. Finalmente, a ineficiente implementação de políticas de repatriamento pode contribuir para que pessoas em situações ilegais num país estrangeiro se encontrem em situações vulneráveis. ■

Exemplo: Nasir, de 18 anos de idade natural de Bihar, é traficado para uma fábrica que produz pequenas baterias em Nova Deli. Ele é forçado a executar trabalho perigoso, 11 horas por dia, com um salário muito baixo. Uma vez que não existe nenhum corpo regulador na área para inspecionar tais locais de trabalho, esta operação pode prosperar.



Você veio para a África do Sul porque lhe foi prometida uma vida melhor? Alguém lhe mentiu sobre oportunidades de emprego ou de estudo? Está a amortizar uma dívida que nunca esperou incorrer? Está a ser ameaçada com violência ou é vítima de maus-tratos? Foi levada à prostituição por engano? Casou-se com alguém contra a sua vontade? Se respondeu “sim” a uma ou mais destas perguntas, então você precisa da nossa ajuda.

SEU ÚNICO TRAFICO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

0800 555 999

1. A MULHER TRABALHA EM EMPRESA E PERDEU VITIMA. 2. A VITIMA E TRAFICADA. 3. A VITIMA E TRAFICADA. 4. A VITIMA E TRAFICADA. 5. A VITIMA E TRAFICADA. 6. A VITIMA E TRAFICADA. 7. A VITIMA E TRAFICADA. 8. A VITIMA E TRAFICADA. 9. A VITIMA E TRAFICADA. 10. A VITIMA E TRAFICADA.

Southern African Counter-Trafficking Assistance Programme (SACTAP) é um projeto da OIM que ajuda as vítimas de tráfico humano. O SACTAP é um programa patrocinado pelo Gabinete de População, Refugiados e Migração dos Estados Unidos, e pelos departamentos dos Negócios Estrangeiros da África do Sul e da Noruega. www.iom.org.za

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (OIM) GABINETE REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL



Moçambique: Avançando com o Anti-tráfico

Em Moçambique, o fenómeno de tráfico humano data desde o tempo em que os Moçambicanos começaram a migrar para África do Sul para trabalhar nas minas.

Este padrão de movimento tem sido constantemente visto como uma oportunidade dos imigrantes moçambicanos adquirirem bom emprego e para o sustento de suas famílias em Moçambique. No entanto, com o passar do tempo, surgiu um nova faceta deste cenário onde traficantes de pessoas iniciaram a venda, aproveitando-se do desespero das pessoas que viajavam para África do Sul para pastos mais verdes.

Moçambique não é uma excepção do progressivo crescimento do problema de tráfico humano. Em 2003 a OIM estimou que pelo menos 1000 Moçambicanos, mulheres e crianças eram traficados para a África do Sul em cada ano para a exploração sexual, tendo os traficantes um rendimento de aproximadamente 1 milhão de Rands. O documentário "sold sisters" (irmãs vendidas) transmitido pelo programa da SABC "Special assignment" (Missão Especial) em 1 de Abril de 2003 reporta cenas actuais de tráfico de mulheres moçambicanas para exploração sexual. A sexta edição do "Eye on Human Trafficking", apresenta igualmente uma reportagem sobre vítimas moçambicanas, vendidas a trabalhadores das minas em Carletonville como esposas à força e escravas de sexo.

Moçambique assinou apenas a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional e o Protocolo contra o tráfico. De acordo com o Gabinete das Nações Unidas de Luta contra a Drogas e Crime, o país ainda não ratificou o Protocolo, e não possui legislação

específica para abordar o problema de tráfico. Grande parte, senão todos os casos de tráfico são julgados como rapto, limitando a capacidade dos tribunais de atacar o problema adequadamente.

A sociedade civil está a jogar um papel importante na persuasão para uma legislação adequada com vista a atacar o tráfico humano. Isto resultou no lançamento de duas campanhas nacionais e regionais em 2000 e 2002, respectivamente, como um dos métodos de alerta sobre o problema.

No início de 2005, o Governo Moçambicano convidou ao gabinete da OIM em Maputo à facilitar a implementação do Programa de Assistência Contra o Tráfico na África Austral (SACTAP) em Moçambique. Nos dias 28 e 29 de Setembro de 2005, SACTAP conduziu um treinamento dirigido à Organizações Não-Governamentais (ONGs) no país. A OIM concluiu ainda uma pesquisa em Moçambique que tinha como objectivo descobrir os instrumentos legais existentes que poderão ser usados para processar os traficantes e proteger as vítimas de tráfico humano. Os resultados desta pesquisa constituíram a base para o estabelecimento de um seminário, em Moçambique a 15 de Novembro de 2005, para definição de políticas, que teve a duração de um dia. O seminário convidou as entidades legislativas e reguladoras a prestarem atenção às forças e fraquezas da legislação actual contra o tráfico, e fazer recomendações relativas ao caminho a seguir. Este seminário coincidiu com a terceira campanha de informação regional sobre o tráfico de pessoas na África Austral do SACTAP, que foi lançada em Maputo, no final de Novembro de 2005. ■

Obter factos antes de prosseguir: Anúncios em estações de rádio para combater o tráfico

Moçambique foi considerado como uma das fontes primárias do tráfico de mulheres e crianças para a África do Sul. Para ajudar na consciencialização sobre o tráfico e encorajar os imigrantes moçambicanos para a África do Sul à procura de emprego, na busca de informação, a OIM desenvolveu uma série de anúncios públicos em português a serem transmitidos em estações de rádio.

Os anúncios públicos foram desenvolvidos num processo participativo com jovens moçambicanos residentes em Joanesburgo, os quais formaram-se em meios de comunicação social e teatro culminando com a formação dos chamados "Alertos da Vida." "Este grupo de jovens tem como missão orientar as pessoas que chegam ao país de destino provenientes do país fonte com informação", afirma Deborah Walter da Community Media for development (CMFD Productions) em Joanesburgo, que facilitou e produziu os anúncios públicos. "O envolvimento da juventude é crucial para alertar e encorajar acções em assuntos ou males sociais", adiantou.

Antes da criação dos anúncios públicos, a OIM apresentou uma sessão de informação ao grupo sobre o tráfico humano, explicando como este fenómeno acontece, as suas causas e efeitos. Com isto os participantes não só estavam munidos da informação que precisavam para criar os programas, mas partilhar também a informação com as suas comunidades e parceiros. "Eu nunca pensei que as pessoas fossem atraídas de Moçambique desta maneira", afirmou um rapaz de 19 anos de idade, compositor e cantor de rap Hélder Langa. " Nós temos que ajudar a elucidar as mentes das pessoas sobre a dimensão deste problema". O grupo debruçou-se sobre a questão do tráfico através de discussões e jogos. "A dramatização participativa permite aos indivíduos explorarem outras perspectivas e se colocarem no lugar de outrem", afirma Tonya Graham, instrutora de teatro.

Em consulta com OIM, os roteiros de teatro foram escritos, com as vozes do grupo e transformados em anúncios públicos. Cada um é



constituído de curtas representações dramáticas, por exemplo o rótulo " obtenha os factos antes de prosseguir!" é feito com um anunciante explicando o tráfico humano e encorajando as pessoas a contactar a OIM em Maputo. Os anúncios têm como objectivo encorajar as pessoas a reflectirem sobre o local para onde se dirigem, obter maior número de informação possível e contactar a OIM para mais informações ou aconselhamento. "Nós queremos ensinar as pessoas como lidar com este tipo de situação", afirmou Reunicia Langa. Nos anúncios públicos, promessas de empregos em bares, oportunidade no mercado da moda e a chance de estudar, todas elas constituem falsidades quando a realidade é a exploração sexual. Nas peças, uma empregada doméstica é forçada a ter relações sexuais com o seu patrão, e um jovem agricultor retorna a Moçambique sem o seu pagamento prometido. " Nós temos que alertar as pessoas e ajudar os que desconhecem os seus direitos" disse o coordenador do grupo, Tuca Jonas Massingue.

Os anúncios públicos foram transmitidos em 50 estações de rádio em Moçambique desde Novembro de 2005. ■

Quando é que as prostitutas podem ser consideradas vítimas de tráfico?

Várias mulheres são traficadas para a indústria de sexo através de falsas ofertas de emprego fora do país. No entanto, antes de partir para além fronteiras, algumas mulheres concordam em prostituir-se num país estrangeiro. Existem ocasiões nas quais uma prostituta que consinta possa ser considerada vítima de tráfico humano, ou pelo facto de ela ter aceite a proposta de trabalho de substituição exclui a mesma, independentemente das circunstâncias?

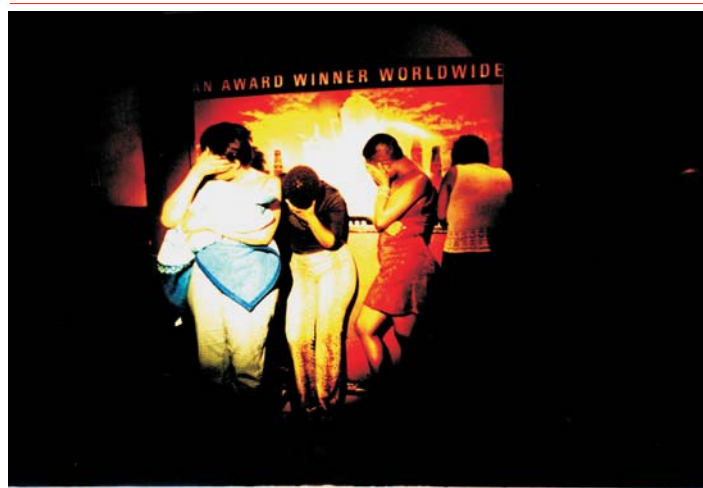
De acordo com o Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente de mulheres e crianças, o tráfico humano envolve o “recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recepção de pessoas por meio de ameaça ou uso de força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou situação de vulnerabilidade [...] com o propósito de exploração”. O protocolo também indica que: “O consento da vítima de tráfico humano em relação à exploração intencionada [...] deverá ser irrelevante onde qualquer dos meios estabelecidos adiante [...] tenham sido usados”. O consentimento é ainda considerado irrelevante se o indivíduo é uma criança menor de 18 anos de idade, sem considerar o facto de qualquer um dos meios identificados ter sido usado, porque as crianças são consideradas legalmente incapazes de consentir os actos envolvidos, particularmente o seu recrutamento, transporte e exploração.

Se o protocolo tinha como intenção definir “tráfico humano” como incluindo toda a prostituição no estrangeiro, teria sido dispensada a inclusão dos meios através dos quais os actos ocorrem. Com a inclusão dos meios vistos como impulsionadores de consento, pode-se supor que o protocolo não considera todas as prostitutas migrantes como pessoas traficadas, e que a pessoa pode consentir ser recrutada, transportada e explorada para prostituição sem ser considerada vítima de tráfico. Tal pessoa pode ser, com uma oferta de trabalho na indústria de sexo num país estrangeiro, consciente de que a prostituição é ilegal ou actividade proibida nesse país e que pode envolver serviços de um sindicato do crime para assegurar a sua entrada ou estadia no país de destino, mas nem as circunstâncias de entrada ou de estadia no país estrangeiro, nem a natureza das suas actividades uma vez estabelecida (ex. Prostituição) são suficientes para a considerar vítima de tráfico humano.

Mais importante do que o modo de entrada ou de estadia no país de destino, ou a natureza das actividades dos indivíduos uma vez chegados, é a maneira em que essas actividades são conduzidas, e é com as condições de trabalho que várias pessoas são enganadas. Enquanto muitas prostitutas conscientemente concordam em trabalhar na indústria de sexo no país estrangeiro com a intenção de ganhar dinheiro para si próprias, elas frequentemente não entendem ou concordam em trabalhar em condições que somente se tornam evidentes no país de destino. Após chegada, muitas que acreditavam ganhar dinheiro para próprio sustento são exigidas a honrar contractos e/ou reembolsar dívidas excessivas para os seus traficantes, sejam eles agentes de transporte ou proprietários de bordéis. Uma prostituta pode ser incapaz de reivindicar os seus direitos pela falta de influências bem como a sua incapacidade de se comunicar nas línguas locais ou de contactar familiares ou amigos, e ainda a ignorância de dinâmicas políticas e sociais do novo ambiente; e por vezes devido à susceptibilidade à violência e ameaças de violência. Em muitos casos o passaporte é lhes retirado invocando alegada “segurança”, esta é uma das várias formas através da qual a sua liberdade de movimento é restringida para que esta não tente escapar sem pagar a dívida. Ela pode não estar familiarizada com as leis locais e assustada com histórias de captura, detenção e deportação, se for encontrada pela polícia a trabalhar como prostituta, ou sem documentação adequada. O estado de vulnerabilidade em que se encontra impede-a de insistir para que os clientes usem preservativo e praticar sexo seguro por exemplo, contrariamente ao que aconteceria no seu país. Portanto, mesmo que a mulher tenha consentido em aceitar o emprego como prostituta, esta é iludida em relação aos termos e condições através dos quais ela é suposta trabalhar. Neste caso os meios declarados no Protocolo

tornam-se evidentes nesta fase final de exploração quando as vítimas chegam a trabalhar em condições de escravidão ao invés de actividades lucrativas (apesar da possibilidade de ser ilegal) previamente prometida.

De acordo com o “Relatório Anual de Tráfico de Pessoas” do Departamento de Estado, nos Estados Unidos, publicado em Junho de 2004, mulheres asiáticas estão sendo traficadas para a indústria



de sexo na Austrália. O relatório indica que muitas destas mulheres viajam para a Austrália voluntariamente para trabalhar em bordéis, quer legais ou ilegais, mas são enganadas ou coagidas para servidão por dívida ou servidão sexual. O relatório mostra ainda que uma percentagem significativa de 25.000 indivíduos envolvidos na prostituição na Holanda são traficados da Europa Central e Oriental, África, América Latina, Tailândia, Filipinas e China. Em 2002 o Bureau of the Dutch National anunciou que 25% das mulheres comercializadas com o propósito de exploração sexual estão conscientes do facto de que irão trabalhar além fronteiras na indústria do sexo. A mesma fonte reportou que estas mulheres são facilmente recrutadas e transportadas com promessas de melhores rendimentos de prostituição no estrangeiro relativamente ao seu país de origem, mas que estas são iludidas quanto às condições em que devem trabalhar, quanto irão receber e quanto irão dever aos seus traficantes.

Muitas destas mulheres não entendem que são vítimas de tráfico humano. Uma mulher pode entender que ela concordou em trabalhar fora do país na indústria de sexo, e assinou um contrato, portanto deve aceitar as consequências da sua decisão. Tais mulheres podem-se culpabilizar por não se terem apercebido que isso implicaria pagar de volta uma dívida exorbitante, ou acreditar que a razão pela qual elas não estão a render o suficiente é porque não trazem ao bordel muita clientela. Muitas não se apercebem que o traficante as colocou deliberadamente numa situação vulnerável para facilitar a sua exploração.

Independentemente da lei do país sobre a prostituição, ou se é considerado um acto imoral, prostitutas migrantes podem, e efectivamente tornam-se vítimas de traficantes que as prometem trabalho lucrativo em prostituição fora do país, mas conduzem-nas à uma vida de exploração, abuso e descrédito uma vez chegadas ao país de destino. Isto coloca estas mulheres como “vítimas de tráfico” sob a definição internacionalmente aceite. Deste modo, elas deverão receber total apoio disponível para qualquer outra vítima de tráfico sob as leis e políticas locais. ■

GANÁ: Novas pesquisas sobre o tráfico de crianças

Três estudos de pesquisa patrocinados pela OIM e UNICEF sobre o tráfico de crianças foram lançados na Terça-feira, 15 de Novembro de 2005, em três regiões do Gana, para se determinar a magnitude, natureza e as raízes do tráfico de crianças na indústria pesqueira.

Embora nos últimos três anos a OIM tenha estado a trabalhar no resgate, retorno e reintegração de 537 crianças vítimas do tráfico nas três regiões através de um programa financiado pelo governo Americano, a falta de credibilidade nos dados quantitativos tornou difícil avaliar as reais necessidades do programa.

A OIM registou 1.002 crianças em idade escolar traficadas das regiões de Volta e do Centro para as comunidades pesqueiras do Yeji, sendo empregues forçosamente.

Muitas dessas crianças têm idades compreendidas entre os 6 e 14 anos, e enquanto que os rapazes são obrigados a trabalhar para a indústria pesqueira, as raparigas trabalham como cozinheiras, serventes e porteiras. Estas crianças trabalham durante horas prolongadas sem remuneração e são mal nutridas. Elas foram vendidas pelos seus pais empobrecidos a preços que vão até 1.5 milhões de Cedis (USD170) cada.

As pesquisas terão como alvo 14 comunidades de origem e de destino principais nas regiões Central, Volta e Nortenha do país, e irão não somente avaliar os factores qualitativos que contribuem para o tráfico de menores mas também os factores quantitativos.

A pesquisa a ser levada a cabo na região Nortenha estará a cargo do Conselho Cristão do Gana e terá como alvo as comunidades pesqueiras nos seus diversificados grupos

étnicos provenientes de três regiões do sul do Gana.

As outras duas pesquisas serão conduzidas pelo Centro de Desenvolvimento de Estudos da Universidade de Cape Coast e uma organização não governamental, Agência para o Desenvolvimento Sustentável, e terão como alvo as comunidades do Centro e Volta, tidas como a principal proveniência das crianças traficadas. As actividades da pesquisa concentrar-se-ão na documentação das preocupações de educadores ou pais que se julguem vulneráveis a ofertas feitas por traficantes para a venda de suas crianças, e neste contexto prevenir-se que isso aconteça.

A OIM servir-se-á dos resultados das pesquisas para melhorar a concepção dos seus programas a fim de abordar as necessidades das crianças e atacar as causas de raiz do problema.

Neste momento a OIM está engajada na estruturação de um programa de resgate, nos próximos dois meses, de um outro grupo de crianças que foram traficadas para a região do Yeji. Muitas das 107 crianças que foram resgatadas pela OIM encontravam-se severamente doentes e traumatizadas, necessitando de pelo menos dois anos de avaliações médicas constantes e tratamento até a sua recuperação total.

O total das 537 crianças resgatadas até agora foram inscritas em escolas ou acampamentos onde beneficiam de alimentação e vestuário. Estas crianças beneficiam ainda de assistência médica oferecida pelas entidades de saúde distritais e estão incorporadas no esquema nacional de seguro de saúde que cobre também os seus pais e encarregados. ■

“Venda de Bebés” no site Ebay da China

Com base numa notícia publicada num jornal governamental, a polícia Chinesa está, neste momento, a investigar uma tentativa de tráfico de bebés através de um anúncio no site de leilões da Ebay na China.

O referido anúncio foi reportado estar patente na página da Internet Chinesa da eBay, Eachnet. Os bebés do sexo masculino estavam ao preço de 28.000 yuans (\$3.450), enquanto que os do sexo feminino por 13.000 yuans (\$1.603), comentou o gestor da Eachnet, Tang Lei, ao jornal China Daily.

A oferta poderá ter sido um falso alarme, mas acontece numa altura em que o tráfico de bebés na China tem sido apontado como estando a atingir proporções alarmantes.

A China adoptou a política de “uma criança” por família para o controlo da taxa de natalidade, e por existirem preferências para bebés de sexo masculino, aumentaram os relatórios que apontam para abusos de crianças, e que as pessoas envolvidas em actos de tal natureza foram condenadas à morte.

De acordo com a Eachnet, o anúncio que esteve patente no site da E-bay foi publicado em Xangai a 16 de Outubro de 2005.

O vendedor no site, que se identificava por “Chuangxinzhe Yongyuan” ou “innovator forever” (Inovador para Sempre), dizia que os bebés estariam disponíveis dentro de 100 dias após o parto.

O vendedor adiantou ainda que o serviço estava sendo oferecido para o benefício de milhares de casais chineses sofrendo de infertilidade.

Todas as crianças foram descritas como sendo provenientes de Henan, uma província do centro da China. Apesar de nenhum negócio concreto ter sido consumado, mais de 50 pessoas consultaram o site antes da notícia ter sido removida, e registou-se um caso de um cliente que registou o seu interesse no negócio.

De acordo com Tang Lei, a página automaticamente mostra todos os produtos que recebe, e que a palavra “baby” não é proibida ou bloqueada pois no site efectua-se também a venda de diversos produtos para bebés.

O senhor Tang admitiu que o anúncio poderá ter sido falso, mas adiantou que caso seja verdade a pessoa responsável pelo anúncio, caso seja encontrada, poderá ser condenada a longos anos de prisão ou mesmo a pena de morte. ■

Fonte: BBC News (news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/4359570.stm)

Turismo Sexual Infantil Predominante no Quénia

A exploração sexual tem vindo a crescer, como resultado dos elevados níveis de pobreza. Algumas famílias entregam as suas crianças ao cuidado de estrangeiros com a promessa de que estes irão subsidiar os seus estudos”

Maurice Tsuma, Oficial Chefe pelas Crianças em Mombassa, disse que crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos têm sido traficadas para paragens turísticas no Quénia para a prostituição, e que as autoridades já foram informadas para agirem sobre o assunto.

O Senhor Tsuma fez estas declarações ao abrir um workshop de dois dias organizado pela UNICEF, que teve lugar no Hotel Whitesands em Mombasa sobre o código de

conduta, a fim de proteger as crianças contra o turismo sexual.

Ele adiantou ainda que a exploração sexual de crianças era exuberante em Mombassa, Malindi e Kilifi.

“Existe o tráfico de raparigas de zonas do interior para praticarem a prostituição nas cidades turísticas”, rematou o nosso entrevistado. O senhor Tsuma, que trabalhou antes como oficial distrital pelas crianças em Mombassa e Malindi afirmou que os culpados são os turistas nacionais e estrangeiros.

Disse ainda que raparigas entre os 10 e 15 anos são transportadas de barco das províncias do oeste, leste e de outras do interior com o pretexto de que ser-lhes-iam oferecido trabalho doméstico e outros.

Continuado na página 8

SACTAP divulga a Campanha Informativa Final de 2005

Coincidindo com o lançamento do relatório deste trimestre do "EYE on Human Trafficking", a OIM-SACTAP irá lançar a sua campanha informativa final do corrente ano. Novos panfletos, cartazes serão publicados por toda África Austral. Adicionalmente, campanhas de radiodifusão com mensagens de prevenção serão difundidas em países tais como Zâmbia, Zimbabué e Moçambique. O SACTAP em Moçambique realizou três campanhas informativas no corrente ano, distribuindo 27,000 posters, 60,000 cartazes e 7,000 autocolantes em Inglês, Francês, Português e Swahili, por toda África Austral.

Embora hajam poucos indicadores claros para avaliar o impacto das actividades de sensibilização do SACTAP, o público tornou-se mais familiarizado com o problema do tráfico humano nos últimos dois anos. Um dos indicadores notáveis é o aumento do interesse dos media e exactidão na reportagem do problema. A IOM neste âmbito respondeu positivamente à solicitações de entrevistas de várias estações de televisão, rádio e jornais.

Os canais televisivos nacionais também têm aumentado a sua cobertura do assunto. A título de exemplo, duas séries televisivas que

são difundidas na África do Sul em horas nobres, "Isidingo" na SABC3 e "Scandal" na eTV, incluíram o assunto do tráfico humano num dos seus episódios, sugerindo assim que o tráfico humano tem vindo a captar a imaginação popular no seio dos telespectadores Sul-africanos.

Mais ainda, as chamadas telefónicas recebidas pela OIM são também um indicador importante no tocante ao sucesso da campanha. Essas chamadas são provenientes de entidades governamentais, departamentos policiais que solicitam treinamento no assunto, bem como de organizações não governamentais e indivíduos que procuram maior entendimento e envolvimento no combate ao tráfico humano.

Muitas dessas chamadas foram recebidas através da linha de apoio, depois de muitos dos interessados terem visto os cartazes do SACTAP fixados em caixotes de lixo, autocarros, táxis e em vários locais públicos.

No Zimbabué, a OIM tem vindo a efectuar campanhas de radiodifusão contra o tráfico humano, e umas das emissoras de rádio confirmou ter recebido chamadas telefónicas de 43 indivíduos que solicitaram que as campanhas publicitárias de educação continuassem para educar as jovens mulheres. ■

Novo Começo no "New Life Centre"

Hillbrow é um subúrbio densamente populoso situado em Joanesburgo na África do Sul. É altamente conhecido pela sua carência de serviços sociais, infra-estruturas degradadas, elevada taxa de criminalidade, venda de drogas. É também um local que acomoda uma população considerável de prostitutas vindas de diferentes regiões da África do Sul e África, que trabalham dia e noite em bordeis, hotéis e hospedarias. Estas características tornaram Hillbrow e seus subúrbios circunvizinhos como Berea e Yeoville, um refúgio dos proxenetas e traficantes de seres humanos que exploram sexualmente mulheres e crianças.

Como resultado do alto fluxo de crianças e mulheres nestes subúrbios que se engajam na prostituição, duas mulheres viram a necessidade da criação de uma organização chamada "New Life Centre" (NLC), em Berea em Setembro de 2004. Khopotso Nakin e Babalwa Makawula acham que o abuso de mulheres e crianças, a pobreza e o desemprego são a causa de raiz da prostituição. A NLC é uma iniciativa que visa ajudar crianças e mulheres vítimas ou que se encontram engajadas na prostituição a reintegrarem-se no meio familiar e nas comunidades, como indivíduos dignos, responsáveis da sociedade em geral. A NLC tem trabalhado para alcançar os seus objectivos

através da criação de centros onde essas mulheres e crianças podem juntar-se a guias que lhes possam ajudar a desenvolver a autoconfiança, desenvolver aptidões profissionais e a fé em Deus.

O centro está localizado num apartamento patrocinado por um grupo de indivíduos privados e o Departamento de Saúde da África do Sul. Khopotso e Babalwa fundaram o centro sem nenhum apoio concreto, mas com dedicação e perseverança conseguiram mudar a vida de milhares de mulheres e crianças num ano de operação. Elas trabalham noite e dia e convidam as prostitutas a juntarem-se ao centro, onde beneficiam de conselhos, recreação, desenvolvimento de competências (costura, computação, artes, e cursos de idiomas), educação e assistência sanitárias, alimentação doada por membros da comunidade. Esses serviços são prestados com ajuda de voluntários. Enquanto se presta esses tipos de serviços, o centro também ajuda os seus membros a se reunificarem com as suas famílias. A NLC conta neste momento com 28 membros activos, que trabalham diariamente, mas há sempre um fluxo de mulheres sempre que se regista uma crise. As mulheres são provenientes da África do Sul, outras partes de África, bem como da Ásia.

Outro programa digno de realce, que é também gerido pela NLC é a educação de jovens pelas vítimas da prostituição. Nesse contexto raparigas jovens que foram vítimas de abuso sexual ou tráfico humano são engajadas na assistência de diversificados grupos de outros jovens tais como, jovens em condições similares, jovens pertencentes à comunidades e até estudantes. Tais programas são desenvolvidos através da encenação de peças de teatro que realçam mensagens sobre o HIV/SIDA e o tráfico humano e bem como actividades musicais.

Entre um cenário variado de actividades, duas prostitutas e membros do centro beneficiaram de um curso em actividades domésticas. Ambas receberam diplomas e estão presentemente empregadas. A NLC conseguiu durante os seus anos de actividade reunir várias mulheres e crianças as suas famílias, trazendo de volta a alegria de viver no convívio familiar e novas esperanças às vítimas do abuso e exploração sexual.

Apesar de a organização não possuir um suporte financeiro concreto e os seus membros não beneficiarem de qualquer tipo de remuneração financeira pelo seu trabalho, a NLC sobressai como um exemplo de como a solidariedade entre os homens e a perseverança podem fazer a diferença. ■

Para mais informações, doações, contribuições ou voluntariado, contacte a NLC através do telefone: +27 11 484 4788, ou pelo e-mail: eye@iom.int



Exposição de talentos de ruas: Recentemente a NLC organizou um leque de actividades culturais que culminou em concertos e actuações diversificadas apresentadas ao público em geral.

Lidando com o Tráfico: O Caso do Malawi

No início de 2005, Malawi empreendeu um processo de reformas da lei que culminaria com uma legislação específica contra o tráfico. Aos 17 de Março de 2005, o governo do Malawi ratificou a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado e o seu suplemento, o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas. Apesar do progresso, as autoridades do Malawi enfrentam um dilema na tentativa de encontrar acusações apropriadas para casos evidentes de tráfico humano existentes antes das novas leis.

Na sexta-feira, 19 de Agosto de 2005, um cidadão Zambiano foi preso em Dedza ao tentar atravessar a fronteira para Zâmbia com 15 crianças. O homem havia recrutado as crianças em Nchinji, para trabalhar em campos de cultivo na Zâmbia, próximo da fronteira do Malawi. Por falta de legislação específica, isto não foi tratado como caso de tráfico humano. O acusado foi considerado culpado por empregar menores, sob a lei de Emprego e entrada ilegal em Malawi. A multa foi de 24.000 Kwacha (200 USD). Um relatório de notícias da IRIN de 24 Agosto de 2005 revela que a multa provocou desagrado no Malawi, pois a sociedade civil e o Ministério do Trabalho expressaram o seu desaprovo pela aplicação de tal multa para um caso tão óbvio de tráfico humano.

A Secretária Executiva dos Direitos Humanos Malawiano, Emiliana Tembo, foi citada nas notícias afirmando "Gostaria que se tivesse imposto uma sentença mais rígida do que a estabelecida tem-se verificado um número crescente de casos de tráfico humano e nós iremos conduzir uma investigação especial... para apurar o que se

está a passar"

Em finais de Setembro de 2005, o tribunal Malawiano uma vez mais teve que lidar com um caso similar de um cidadão Zambiano que recrutou nove crianças de aldeias nos arredores de Lilongwe, para trabalhar em campos de cultivo na Zâmbia, próximo da fronteira entre os dois países. Desta vez o juiz do caso consultou a Comissão Malawiana de Direitos Humanos (MLRC) para decidir sobre a melhor maneira de se proceder, atendendo e considerando o facto de não existir ainda lei específica contra o tráfico humano e uma lei de Imigração, daí que as violações carregam apenas pequenas multas.

Neste caso, o acusado foi considerado culpado em relação às violações de imigração pela qual recebeu uma pequena multa. No entanto, o juiz incluiu penas separadas de raptos sob a alçada do Código Penal, para o qual ele apelou ser inocente. Este foi considerado culpado com direito à pena máxima de sete anos de prisão. Quando este foi capturado existiam três homens adultos consigo os quais inicialmente, por engano foram considerados vítimas. Depois de mais investigações a polícia descobriu que eles eram de facto cúmplices. Estes também receberam sentença máxima.

Austin Msowoya, oficial do MLRC encarregue do desenvolvimento da legislação anti-tráfico comentou: "É provável que o tribunal reduza as sentenças por recurso, mas a mensagem foi clara: nós aprendemos algo no que diz respeito ao tráfico e não iremos simplesmente acomodar-nos e observar." ■

Turismo Sexual Infantil Predominante no Quénia

Tsuma continuou dizendo que muitas das crianças reportadas como estando desaparecidas são vítimas do tráfico humano, e também rapazes são sexualmente abusados por turistas idosas do sexo feminino.

O Comissário distrital de Malindi, Jan Ireri, disse que a exploração sexual era frequente na cidade turística costeira.

"A exploração sexual tem vindo a crescer, dado os elevados níveis de pobreza. Algumas famílias entregam as suas crianças ao cuidado de estrangeiros com a promessa de subsidiarem os seus estudos", disse Ireri.

O Comissário distrital disse ainda que alguns estrangeiros aproveitam-se do estado de pobreza dos habitantes dos

continuado da página 6

distritos e vilas e oferecem-se a pagar os estudos dos seus filhos e em troca exploram-nos sexualmente.

Adiantou ainda ter presenciado uma situação em que uma rapariga de 14 anos proveniente de Malindi foi encontrada numa situação comprometedor com um turista de 70 anos num hotel da cidade.

Uma activista do Reino Unido, Christine Beddoe, disse que o Quénia deveria aceitar que o tráfico humano existe e tomar medidas para o seu combate e consequente eliminação.

Ela exortou os responsáveis pelas crianças e a polícia a monitorizar as actividades desenvolvidas nas residências e nos esconderijos turísticos. ■

Boletim Trimestral publicado pela Organização Internacional de Migração (OIM), Gabinete Regional para a África Austral.



www.iom.org.za www.iom.int

OIM Gabinete Regional (Pretoria)

Tel +27 (0) 12 342 2789

Fax +27 (0) 12 342 0932

OIM Cape Town

Tel +27 (0) 21 425 4038

Fax +27 (0) 21 419 3725

OIM Durban

Tel +27 (0) 31 304 4057

Fax +27 (0) 31 304 6904

OIM Luanda

Tel: +244 2 370877

Fax: +244 2 370977

OIM Kinshasa

Tel: +243 81 032 5533

Fax: +243 880 1662

OIM Maputo

Tel: +258 21 310 779

Fax: +258 21 310 760

OIM Lusaka

Tel: +260 1 254 055

Fax: +260 1 253856

OIM Harare

Tel: +263 470 5859/8632

Fax: +263 470 4906

Subscreva-se à versão gratuita electrónica
Envie uma mensagem electrónica para o portal:
eye@iom.int

*** Ligue para a Linha directa de Apoio às Vítimas do Tráfico Humano da OIM caso precisar de ajuda ou de informações:**

0800 555 999

(24 Horas: chamada gratuita)

**Apenas África do Sul*



Department of Foreign Affairs - South Africa



Bureau for Population, Refugees, and Migration



NORWEGIAN EMBASSY